

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB JUS-MP CNPJ 03.519.240/0001-95 NIRE 31400039724

ATA DA 24ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO) DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. – SICOOB JUS-MP.

1- DATA, HORA E LOCAL: Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas (18h10min), em 3ª convocação, já que nas anteriores não houve quórum legal, de forma híbrida, transmissão pelo GOOGLE MEET e presencialmente, no Auditório da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), situado nesta cidade, na Rua dos Timbiras, 2.928, andar térreo, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB JUS-MP.

2 - CONVOCAÇÃO: Edital de Convocação publicado na página 10 do Jornal “Diário do Comércio”, edição de 06 (seis) a 08 (oito) de abril de 2024, afixado nas dependências da Cooperativa e nos locais comumente mais freqüentados pelos associados e divulgado por meios eletrônicos, conforme previsão estatutária.

3 - PRESENCAS: Presença de 31 delegados da Cooperativa, além da presença de 22 cooperados sem direito a voto, conforme registro no Livro de Presença de Cooperados nas Assembleias Gerais, esclarecendo que, nesta data, a Cooperativa SICOOB JUS-MP possui 40 (quarenta) delegados em condições de votar. Presença de 23 delegados titulares, 1 delegada suplente presentes e 7 Delegados titulares, de forma virtual, além de 22 cooperados sem direito a voto, conforme registro de presença, emitida pelo GOOGLE MEET.

4 - COMPOSIÇÃO DA MESA: Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, Presidente do Conselho de Administração, Alexandre Quintino Santiago - Coordenador do Conselho Fiscal; Mauro Flávio Ferreira Brandão - Diretor Coordenador e Administrativo, Agnaldo Rodrigues Pereira - Diretor Financeiro e de Negócios, os Ex-Diretores, Dr. Fernando Humberto dos Santos e João Batista Vilaça de Abreu.

O Delegado Gilberto Augusto de Mendonça fez uso da palavra e solicitou a inversão de pauta, requerendo passar diretamente ao ponto de pauta nº 10 – Assuntos de interesse geral sem caráter deliberativo. A proposta apresentada pelo Delegado Gilberto Augusto de Mendonça foi submetida ao crivo da assembleia, tendo sido rejeitado por todos os delegados presentes.

5 - ORDEM DO DIA (I) Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, compreendendo: relatório de gestão; balanço geral; e demonstrativo das sobras apuradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (II) Destinação das sobras líquidas apuradas no exercício de 2023, bem como estabelecer os critérios a serem aplicados na distribuição das ditas sobras; (III) Destinação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) do exercício de 2023; (IV) Fixação do valor das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; (V) Fixação do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios dos membros da Diretoria Executiva e Presidente do Conselho de Administração; (VI) Fixação do valor das cédulas de presença dos membros de

Comissões ou Comitês; (VII) Autorização para a fixação de compensação para a participação do Delegado nas Assembleias Gerais e indenização pelo seu deslocamento; (VIII) Aprovação da Política Institucional de Governança Corporativa, da Política Institucional de Controles Internos e Conformidade e da Política de Sucessão de Administradores; (IX) Eleição de novos Conselheiros Fiscais, nos termos do ANEXO I deste Edital; (X) Assuntos de interesse geral sem caráter deliberativo.

6 - DELIBERAÇÕES: Constatada a existência de *quorum* legal, foram iniciados os trabalhos da Assembleia, às 18h10min, sob a coordenação da Presidente do Conselho de Administração, Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, servindo como Secretário dos trabalhos o Delegado GUSTAVO LABORNE VIOTTI MATTIOLI. A Presidente do Conselho de Administração convidou a funcionária Virgínia para a leitura do inteiro teor do Edital de Convocação da Assembleia e em seguida, foram apreciados os itens da Ordem do Dia, da seguinte forma:

(I) Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, compreendendo: relatório de gestão; balanço geral; e demonstrativo das sobras apuradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023: A Presidente do Conselho de Administração, Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, passou a palavra ao Diretor Financeiro e de Negócios Agnaldo Rodrigues Pereira para apresentação do balanço geral e demonstrativo das sobras apuradas. Com referência ao Balanço encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi informado e esclarecido as observações e posições mais relevantes. Foram apresentadas as análises comparativas dos Balanços do SICOOB JUS-MP demonstradas pelos exercícios de 2023 e de 2022, onde foi verificado o crescimento das contas mais relevantes. Na **análise horizontal**, verificou-se que o Ativo/Passivo apresentou um aumento de 2,86% comparando os Balanços de 2023 (R\$ 362.169.799,39), e 2022 (R\$ 352.107.594,12), motivados pelo crescimento absoluto da nossa Cooperativa. Ressaltou que o INPC acumulado em 2023 foi de 3,7070%. Na **análise vertical** (índice relativo) observou-se a evolução das principais contas dos grupos Ativo/Passivo no que se refere a sua composição total. No Ativo a conta de **RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS** apresentou um aumento de 8,57% (R\$ 198.761.293,67 / 183.066.580,66), enquanto o montante registrado na conta de **OPERAÇÕES DE CRÉDITO**, já deduzido a PCLD (provisão para créditos de liquidação duvidosa) apresentou uma redução de 3,90% (R\$ 150.325.718,04 / 156.423.065,96). No Passivo, as contas de **DEPÓSITOS à vista**, sob aviso e a prazo, também apresentaram aumento de 3,59% (R\$ 296.451.599,66 / 286.174.625,73), já a conta de **COTAS DE CAPITAL sem Reservas**, reduziu 3,71% (R\$ 51.814.424,97 / 53.808.465,71). Findo o exercício de dezembro de 2023, o **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** da Cooperativa foi de R\$ 61.806.993,24, apresentando uma redução de 0,89% quando comparado com o saldo apurado no exercício anterior, que correspondeu a R\$ 62.364.217,32. O saldo da conta **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** no ano de 2023 foi de R\$ 3.416.655,42, apresentando aumento de 9,11% quando comparado com o ano anterior, que foi de R\$ 3.131.393,90. Em Dezembro de 2023 o montante do **Capital Social** subscrito por 6.097 cooperados foi de R\$ 51.814.424,97, com redução de 3,71%, quando comparados com o saldo de Dezembro de 2022 no montante de R\$ 53.808.465,71 subscrito por 5.946 cooperados. No exercício de 2023, registrou-se o montante das **Receitas** em R\$ 52.682.932,81, já a soma das **despesas totais** (considerando as despesas de PCLD), somou o valor de R\$ 48.107.032,40. No exercício de 2023 foi registrado uma **SOBRA OPERACIONAL** (antes das destinações e pagamento de juros sobre o capital) de R\$ 4.575.900,41. Em dezembro de 2023, foi contabilizado o montante no valor de R\$ 1.300.680,49 a título de pagamento de juros

02

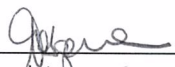
sobre o capital próprio, equivalente a 20% da taxa Selic do ano, conforme a nova sistemática operacional do Banco Central do Brasil. O resultado líquido à disposição da AGO deste ano, no valor de R\$ 3.345.318,72. Os patrocínios realizados pelo FATES em 2023 foram de R\$660.449,16. Em seguida, a Presidente do Conselho de Administração, Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, passa a palavra ao Coordenador do Conselho Fiscal, Dr. Alexandre Quintino Santiago, que procedeu à leitura do parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício de 2023. Em seguida, a Presidente do Conselho de Administração, Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, passa a palavra ao Especialista de Riscos e Controle do SICOOB JUS-MP, Marco Antônio Guimarães, para leitura do Relatório da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC. Em seguida, a Presidente do Conselho de Administração passa novamente a palavra ao Diretor Financeiro e de Negócios Agnaldo Rodrigues Pereira para leitura da Resolução CMN nº 4.966/2021 e, em seguida, apresentou o demonstrativo das sobras apuradas no exercício social encerrado em 2023. Em seguida, A Presidente do Conselho de Administração, Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, solicitou aos Delegados a indicação de um(a) delegado(a) para presidir e conduzir os trabalhos dos itens apresentados no Edital, considerando não caber à Presidente do Conselho de Administração, e nem à Diretoria, realizar a proposta de deliberação das contas. Submetido ao crivo da assembleia, o nome da Delegada Mariza de Melo Porto foi aprovado, por unanimidade, pelos presentes, tendo sido aplaudida por todos. A Delegada Mariza de Melo Porto assumiu a mesa, como Presidente *ad hoc*, agradecendo a plenária a indicação e escolha de seu nome. A Presidente “ad hoc” declara que toda a prestação de contas do exercício anterior, item 01 da Ordem do Dia, está em votação, e os delegados presentes, caso aprovem, devem levantar a mão e os delegados que estão por videoconferência, caso aprovem, manifestem seus votos através da função 'levantar a mão' no aplicativo Google Meet. A prestação das contas apresentada foi aprovada por unanimidade dos Delegados, sendo 22 votos por Delegados presenciais e 07 votos pelos Delegados, através do aplicativo Google Meet. (II) Destinação das sobras líquidas apuradas no exercício de 2023, bem como estabelecer os critérios a serem aplicados na distribuição das ditas sobras: A Presidente “ad hoc”, Mariza de Melo Porto informou sobre a proposta de destinação: destinação de 70% para a provisão e os outros 30% para rateio entre os cooperados, obedecendo a seguinte divisão: 45% (quarenta e cinco por cento) dentre os cooperados aplicadores; 30% (trinta por cento) dentre os cooperados tomadores que não estejam lançados na conta prejuízo há mais de 180 (cento e oitenta) dias em 31/12/2023; e, por último, 25% dentre os cooperados depositantes. O rateio será destinado ao capital social, tendo em vista a Resolução CMN 4966/2021 e Resolução do Banco Central nº 352/2023. A Presidente “ad hoc”, Mariza de Melo Porto colocou o ponto de pauta para deliberação pela Assembleia e houve a aprovação, de forma unânime, de destinação de 70% para a provisão e os outros 30% para rateio entre os cooperados, obedecendo a seguinte divisão: 45% (quarenta e cinco por cento) dentre os cooperados aplicadores; 30% (trinta por cento) dentre os cooperados tomadores que não estejam lançados na conta prejuízo há mais de 180 (cento e oitenta) dias em 31/12/2023; e, por último, 25% dentre os cooperados depositantes. O rateio será destinado ao capital social, tendo em vista a Resolução CMN 4966/2021 e Resolução do Banco Central nº 352/2023. (III) Destinação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) do exercício de 2023: A Presidente “ad hoc”, Mariza de Melo Porto, deu sequência aos trabalhos e informou que na apresentação da análise financeira já foi contabilizado 5% FATES e 10% fundo de reserva. Salientou que o FATES patrocina ações de movimentos sociais, treinamento institucional e bolsa de estudo parcial aos funcionários da Cooperativa. A matéria foi colocada para deliberação e houve a aprovação, de forma unânime,

do índice de 5% (cinco por cento) a ser destinado ao FATES. A Presidente “ad hoc”, Mariza de Melo Porto, considerando a melhor condução dos trabalhos, propôs à Assembleia a inversão do ponto de pauta, pois os próximos pontos de pauta tem relação com a Fixação do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios dos membros da Diretoria Executiva e Presidente do Conselho de Administração. Desta forma, para melhor entendimento, propôs discutir primeiramente o ponto de pauta número 5, qual seja, fixação do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios dos membros da Diretoria Executiva e Presidente do Conselho de Administração. A inversão do ponto de pauta foi colocada para deliberação e houve a aprovação, de forma unânime, da inversão do ponto de pauta. (V) Fixação do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios dos membros da Diretoria Executiva e Presidente do Conselho de Administração: A Presidente *ad hoc*, Mariza de Melo Porto, informou que os honorários da Presidência do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, atualmente, perfazem o valor de R\$ 17.270,96 (dezesete mil duzentos e setenta reais e noventa e seis centavos) para cada membro da Diretoria Executiva e Presidência do Conselho de Administração. A Presidente *ad hoc* apresentou a proposta de reajustar o valor dos honorários da Presidência do Conselho de Administração para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). O Delegado Gustavo Mattioli fez uma proposta de que o reajuste do honorário da Presidência do Conselho de Administração seja o mesmo valor do honorário da Diretoria Executiva. O Delegado Gilberto Mendonça fez uma proposta de congelamento dos valores atuais de honorários praticados para a presidência do Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva. A Assembleia aprovou, por 18 votos favoráveis, reajustar os honorários para a Presidência do Conselho de Administração no valor mensal bruto de R\$20.000,00 (vinte mil reais), a partir da competência maio/2024. A Presidente *ad hoc* apresentou a proposta de reajustar o valor dos honorários da Diretoria Executiva para R\$ 35.821,44 (trinta e cinco mil, oitocentos e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos), para cada membro da Diretoria Executiva. A Assembleia aprovou, por 18 votos favoráveis, reajustar os honorários da Diretoria Executiva para o valor de R\$ 35.821,44 (trinta e cinco mil, oitocentos e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos), para cada membro da Diretoria Executiva, a partir da competência maio/2024.


(IV) Fixação do valor das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal: A Presidente *ad hoc*, Mariza de Melo Porto, informou que o valor atual das cédulas de presença dos Conselheiros de Administração e Fiscal correspondem a um salário mínimo, ou seja, R\$ 1.412,00 (um mil, quatrocentos e doze reais) para cada Conselheiro presente limitada a 1 presença por mês. Foi apresentada a proposta, pela Presidente *ad hoc* de pagamento da gratificação no percentual de 15% (quinze por cento) do valor do honorário da Presidência do Conselho de Administração, por reunião, seja reunião ordinária ou reunião extraordinária. A Assembleia aprovou, por 24 votos favoráveis, que o pagamento das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será no percentual de 15% (quinze por cento) do valor do honorário da Presidência do Conselho de Administração, por reunião, seja 1(uma) reunião ordinária e 1(uma) reunião extraordinária. Foram registrados 2 votos contrários e solicitado registro em ata, dos delegados Gilberto Augusto de Mendonça e Maria Neusa Lopes de Mendonça. (VI) Fixação do valor das cédulas de presença dos Membros de Comissões ou Comitês: A Presidente *ad hoc*, Mariza de Melo Porto, informou que o valor atual das cédulas de presença dos membros de Comissões ou Comitês é de R\$ 706,00 (setecentos e seis reais). A Presidente *ad hoc* apresentou a proposta de reajustar o

valor das cédulas de presença dos Membros de Comissões ou Comitês para o percentual de 10% (dez por cento) do valor da remuneração da Presidência do Conselho de Administração, sem limites de reuniões mensais. A Assembleia aprovou, por 25 votos favoráveis, reajustar o valor das cédulas de presença dos Membros de Comissões ou Comitês para o percentual de 10% (dez por cento) do valor da remuneração da Presidência do Conselho de Administração, limitado a 2 (duas) remunerações mensais, independentemente do número de reuniões realizadas. (VII) Autorização para a fixação de compensação para a participação do Delegado na Assembleia geral e indenização pelo seu deslocamento: A Presidente ad hoc, Mariza de Melo Porto, sugeriu que a compensação para a participação do Delegado em Assembleias Gerais, incluindo esta, seja fixada em 1 (um) salário mínimo, além da indenização pelo deslocamento do Delegado residente fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em diária que será fixada pelo Conselho de Administração. O Delegado Gilberto Augusto de Mendonça fez a seguinte proposta: não haja indenização de deslocamento, devendo os delegados de Belo Horizonte proceder a votação virtual, além da não remuneração de reuniões para os Delegados. A Assembleia aprovou, por 22 votos favoráveis, que a compensação para a participação do Delegado em Assembleias Gerais, incluindo esta, seja fixada em 1 (um) salário mínimo, além da indenização pelo deslocamento do Delegado residente fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em diária que será fixada pelo Conselho de Administração. (VIII) Aprovação da Política Institucional de Governança Corporativa, Política Institucional de Controles Internos e Conformidade, e Política de Sucessão de Administradores: A Presidente do Conselho de Administração, Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, apresentou as políticas Institucional de Governança Corporativa, Institucional de Controles Internos e Conformidade, e de Sucessão de Administradores, as quais foram discutidas e aprovadas, por unanimidade. (IX) Eleição de Novos Conselheiros Fiscais, nos termos do ANEXO I deste Edital: A Presidente do Conselho de Administração, Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, discorreu sobre a importância do cargo de Conselheiro Fiscal. Para início dos trabalhos, transferiu a Presidência da Assembleia ao Presidente da Comissão Eleitoral, Dr. Geraldo Dácio de Souza. Este saudou a Assembleia e cumprimentou os integrantes da mesa. O Presidente da Comissão Eleitoral informou que houve a inscrição de somente uma chapa, denominada "Compromisso e Ética", conforme TDRC – Termo Definitivo de Registro de Chapas. Informou ainda que, nos termos do item 9.3, do ANEXO I – NORMAS PARA O PROCESSO ELEITORAL 2024, "No caso de apenas uma chapa ter sido registrada, a votação sobre a sua candidatura será realizada por aclamação na Assembleia Geral agendada. A Chapa denominada "Compromisso e Ética" foi aclamada por unanimidade por todos os delegados presentes. O Presidente da Comissão Eleitoral, Dr. Geraldo Dácio de Souza, proclamou a Chapa "Compromisso e Ética" eleita para o Conselho Fiscal para o triênio 2024-2027. O Presidente da Comissão Eleitoral agradeceu à Plenária e devolve a direção dos trabalhos à Presidente do Conselho de Administração Cooperativa. A Presidente declara que reassume a direção dos trabalhos e agradece ao Presidente da Comissão Eleitoral. (X) Assuntos de interesses gerais sem caráter deliberativo: A Presidente do Conselho de Administração, Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema franqueou a palavra aos presentes, não havendo manifestação. 7 - ENCERRAMENTO: Nada mais havendo, às 21h44min a Presidente do Conselho de Administração encerrou os trabalhos, agradecendo a presença e a colaboração de todos, determinando a lavratura da presente ata, que, lida e julgada conforme, vai assinada por uma comissão de, pelo menos, 06 (seis) delegados indicados pela plenária, pelos Diretores, além dos membros da Comissão Eleitoral.

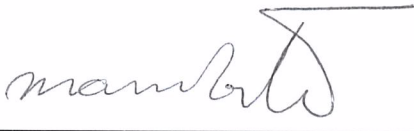
Belo Horizonte, 29 de abril de 2024.



Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema
Presidente do Conselho de Administração

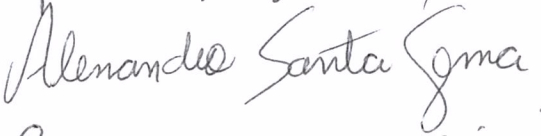
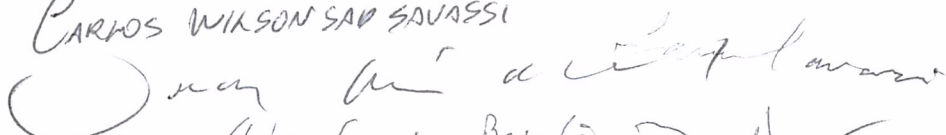


GUSTAVO L. V. MATTOS Secretário



Mariza de Melo Porto
Presidente ad hoc

Nº	Nome	Assinatura
1.	MARCUS LABONNE MATTOS	
2.	Rafael Labonne Viatti Mattos	
3.	Lucia Estefa S. Santos	
4.	Deborah Aparecida do Sábio	
5.	Henrique Chiem Santa	
6.	 Alexandre Santa Gema	


CARLOS WILSON SATO SAVASSI

Manoel Fleury Ferreira Brandão